

Fase 2: FMI quer adesão até dia 14

por William Salazar
de São Paulo

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière, precisa que até 14 de novembro os bancos e instituições oficiais confirmem sua adesão à chamada "fase 2" da renegociação da dívida externa do País. Sem isto, salienta de Larosière, em telex enviado aos credores dia 7 de outubro, "não poderei pedir ao Fundo que aprove um programa que não seja financiado adequadamente".

De Larosière, para convencer a diretoria do Fundo a aprovar a nova carta de intenções assinada com o Brasil em setembro, precisa que os bancos se comprometam, por escrito, a facilitar US\$ 6,5 bilhões de "dinheiro novo", concordem com o refinanciamento, das amortizações do principal da dívida a vencer em 84 (no valor estimado de US\$ 5 bilhões), a manutenção de créditos comerciais em US\$ 10,3 bilhões (de acordo com os saldos registrados em 30 de junho deste ano) e a manutenção dos créditos interbancários em não menos de US\$ 6 bilhões (saldo estimado também em 30 de junho de 83). Além disso, de Larosière diz estar empenhando-se em conseguir que entidades oficiais facilitem US\$ 2,5 bilhões.

O diretor-gerente do Fundo também afirma no telex enviado "à comunidade financeira internacional", segundo relatório do comitê assessor ("advisory committee"), que "uma preocupação particular", nas discussões entre o Fundo e as autoridades brasileiras foi a taxa de inflação. Reconhece que a meta fixada originalmente para 1983 não está em via de ser alcançada. Porém, acrescenta, as políticas adotadas pressupõem uma redução substancial da inflação no próximo ano.

As explicações de Larosière aos bancos credores

A íntegra do telegrama de De Larosière aos bancos é a seguinte:

"Desejo informar-lhe sobre a situação atual do programa econômico brasileiro em apoio ao acordo ampliado de três anos com o Fundo. Desde fins de maio de 1983, a direção e os técnicos do Fundo mantiveram discussões com as autoridades brasileiras sobre as medidas exigidas para restabelecer um programa eficaz de ajustamento. As diversas medidas corretivas introduzidas e as decisões de política tomadas pelas autoridades brasileiras nos últimos meses resultaram em uma carta de intenções e em um memorando técnico que estabelece os planos do governo brasileiro com relação ao seu programa econômico na estrutura do acordo am-

pliado com o Fundo. A carta foi assinada pelas autoridades brasileiras em 15 de setembro de 1983 e, ao mesmo tempo, foi aprovada pela direção do Fundo.

Uma preocupação especial nas discussões sobre a política econômica nos últimos meses, entre as autoridades brasileiras e a direção e técnicos do Fundo foi garantir que as medidas resultassem em uma redução da inflação. Embora o objetivo original do programa para a inflação de 1983 não estivesse mais ao alcance, houve acordo sobre medidas que deverão servir para produzir uma desaceleração da inflação nos meses finais de 1983 e possibilitar a redução substancial da taxa de alta de preços durante 1984.

A ação das autoridades brasileiras para reforçar o esforço de ajustamento começou em junho de 1983 e uma série de medidas decisivas já foi tomada. Os preços dos combustíveis e do trigo foram elevados para eliminar ou reduzir subsídios e os preços de outros serviços do setor público foram ajustados. Os impostos foram aumentados. Um teto mensal foi estabelecido para os empréstimos bancários ao setor público. Os subsídios de juros para a agricultura foram marcadamente reduzidos. Em julho de 1983, um importante avanço foi conseguido em relação à política salarial, melhorando muito as perspectivas para reduzir a inflação. Baixou-se um decreto-lei limitando os reajustes semestrais de salários a 80% da inflação passada e fixando limites rígidos sobre os aumentos de produtividade incluindo nos acordos de salários.

Com base nas medidas que foram adotadas, estima-se que o déficit operacional do setor público — o déficit excluindo os efeitos da indexação da dívida interna — será de 2,7% do PNB em 1983, em comparação com cerca de 7% do PNB em 1982. Entretanto, o déficit global do setor público, incluindo os efeitos da indexação, deverá mudar pouco de 1982 para 1983. Nessa base, o déficit deverá permanecer ao redor de 15% do PNB, já que a aceleração da inflação elevou o custo da correção monetária neste ano.

As autoridades brasileiras têm planos específicos para reduzir o déficit operacional do setor público em cerca de 3% do PNB de 1983 para 1984. O déficit global deverá declinar ainda mais — em cerca de 8% do PNB de 1983 para 1984 — à medida que a inflação baixará. Cada um dos principais subgrupos dentro do setor público contribuirá para essa melhoria. Foi acertada a especificação necessária das medidas exigidas e dos controles com relação às finanças dos estados e dos municípios.

As autoridades brasileiras estabeleceram um sistema para acompanhar, todos os meses, as necessidades de empréstimo dos

principais subgrupos do setor público (empresas do setor público da administração central, e estados e municípios). Esses dados fornecem um alerta antecipado de possíveis desvios do programa e, consequentemente, serão a base para determinar se medidas adicionais são exigidas para assegurar a implementação ordenada e efetiva do programa.

Na área monetária, continua a política de limitar o crescimento da base monetária em 80% durante 1983. Isto deverá ser instrumental na acentuada redução da taxa mensal de inflação nos próximos meses. Diversas medidas foram introduzidas recentemente para fortalecer o controle monetário. Quanto à taxa cambial, permanece a política de realizar ajustes frequentes de acordo com a taxa da inflação interna.

"O déficit em conta corrente cai em 84 para US\$ 6 bilhões"

Estima-se que o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos diminuirá para US\$ 7,7 bilhões (cerca de 3% do PNB) em 1983, e com base nas medidas já adotadas o déficit deverá ser reduzido ainda mais, para US\$ 6 bilhões, em 1984. Com base nas projeções desenvolvidas pelos técnicos do Fundo, parece que cortes adicionais do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos deverão ser viáveis até 1988. Com as exportações continuando a crescer durante esse período a taxas próximas das projetadas para 1984, com a proporção das importações sobre o PNB recuperando-se para o nível que prevalecia antes de sua queda em 1983, e com as taxas de juros reais nos mercados internacionais um tanto abaixo dos níveis recentes, mas ainda assim altas, pelos padrões passados, a conta corrente do Brasil estaria mais ou menos em equilíbrio em 1987-88, em comparação com um déficit de cerca de 7% do PNB em 1982.

Com respeito às necessidades de financiamento externo do Brasil, é essencial nesta altura tratar da questão de necessidades para 1983, e 1984. A conta corrente do balanço de pagamentos tem um déficit projetado de US\$ 7,7 bilhões em 1983, e em US\$ 6 bilhões em 1984, em déficit conjunto de US\$ 13,7 bilhões no decorrer desses dois anos.

Conforme os indícios atuais, a conta de capital deverá mostrar um ingresso líquido de US\$ 3,2 bilhões em 1984 e um ingresso líquido de US\$ 0,5 bilhão em 1984, um ingresso conjunto de US\$ 3,7 bilhões nesses dois anos. Essas estimativas de ingresso de capital incluem os efeitos

de um aumento agudo dos empréstimos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com essa ajuda subindo de US\$ 660 milhões em 1982 para US\$ 880 milhões em 1983 e US\$ 1,1 bilhão em 1984. As reservas internacionais oficiais, de acordo com o programado, não apresentarão alteração em 1983, mas aumentarão em US\$ 1 bilhão em 1984. O financiamento pelo Fundo somaria US\$ 3,7 bilhões durante o período de dois anos e seria essencialmente absorvido pela reconstituição das reservas internacionais do Brasil, agora em nível muito reduzido. A soma desses elementos do balanço de pagamentos produz brechas não financiadas de US\$ 4,5 bilhões em 1983 e US\$ 6,5 bilhões em 1984, totalizando US\$ 11 bilhões nos dois anos.

Parte da necessidade de financiamento de US\$ 11 bilhões deverá ser atendida através de ajuda em dividas oficialmente garantidas pelos países do Clube de Paris. Descontada essa ajuda — que poderá alcançar US\$ 2 bilhões durante 1983 e 1984, em conjunto —, cerca de US\$ 9 bilhões de dinheiro novo teriam ainda de ser encontrados. Depois de consultar as autoridades pertinentes, estou em posição de indicar que US\$ 2,5 bilhões seriam a quantia a vir de agências oficiais. Estou fazendo todo esforço para obter essa cifra. Nessa base, os bancos comerciais precisariam fornecer nada menos que US\$ 6,5 bilhões.

Quanto ao financiamento dos bancos comerciais, o dinheiro novo acima citado presume que, durante o período de 1983-84, os empréstimos ou créditos vencíveis serão reestruturados ou rolados, o financiamento de curto prazo relacionado ao comércio será mantido pelo menos no nível corrente de US\$ 10,3 bilhões e o crédito interbancário não cairá abaixo de US\$ 6 bilhões.

Com relação ao financiamento de fontes oficiais, ao que se espera a grande parte na forma de créditos de importação, será necessária a adoção de precauções para garantir que os créditos constituam financiamento adicional e não meramente uma substituição do financiamento de importação existente.

Como é bem sabido, não posso pedir ao conselho executivo do Fundo a aprovação de um programa que não é adequadamente financiado. Esta é a aplicação de nossos regulamentos e práticas normais. Para estar em posição de pedir ao conselho a tomada de uma decisão até meados de novembro de 1983, precisarei, até 14 de novembro, de garantias escritas dos bancos e das fontes oficiais sobre suas participações, conforme as linhas indicadas acima, no atendimento das necessidades de financiamento do Brasil.

Atenciosamente,
Larosière."